

Entrevista com Antonio Celso Alves Pereira, 289

DIÁLOGOS COM
A DOUTRINA

Entrevista com Antonio Celso Alves Pereira

RTDC: Vamos começar com Minas Gerais. Professor, que influências Minas Gerais trouxe em seus pensamentos e em sua obra de maneira geral?

AC: Minas Gerais e, especialmente, Peçanha, minha cidade natal, são fontes de inspiração absoluta, exercem definitiva influência em minha vida. Afinal, quem nasce em Minas desfruta de situação especial, porque, você sabe, formamos uma nacionalidade dentro da nacionalidade brasileira. Somos um povo particularíssimo, que povoou vales, montes e montanhas no turbilhão de uma forte onda migratória, determinada pela mineração, que, à época, despojava o reino de Portugal. Somos o resultado da miscigenação de índios, portugueses, africanos e judeus. Uma linda mestiçagem. Nossos ancestrais foram garimpeiros, mineradores, frades, aventureiros de toda a espécie, e, em meio a isso, muita gente boa, honesta e trabalhadora. Sabemos que, quem caça ouro, cata ou fásca diamantes e pedras preciosas, vive do sonho. É, em razão disso, que o sonho povoa as nossas vidas, apesar de, paradoxalmente, termos os pés no chão. Quem vive de sonho, vive de paixão. Então, paixão e sonho são presenças constantes em minha vida.

Cresci ouvindo histórias, observando exemplos de pessoas preocupadas em viver de forma correta, discreta e laboriosa. Presenciei muito sofrimento, injustiças, lágrimas e abandonos, ao lado de alegrias e conquistas de toda a ordem. Portanto, em relação às minhas influências, afirmo que, em todas as atividades às quais me dedico, como professor, escritor, advogado e como indivíduo, minhas circunstâncias estão em mim, e, como tal, procuro ser fiel às ricas lições de vida da gente e da terra mineira.

RTDC: E como o Direito entrou na sua vida?

AC: O Direito entrou na minha vida por necessidade. Digo isso sem nenhuma preocupação. Ainda cursando o ginásio, percebi minha vocação para as Ciências Humanas. Fiz o segundo grau sob um modelo que, hoje, lamento, não mais existe: o Curso Clássico. Meu desejo era me formar em História e me dedicar à pesquisa e ao ensino dessa disciplina. Entretanto, precisando ganhar a vida, e, diante das dificuldades de profissionalização imediata como historiador, abandonei o curso de história e fui estudar Direito. Logo me interessei pelo Direito Internacional e pelas Relações Internacionais. São disciplinas afins com a História. Pensando

290

bem, apesar de minha frustração pelo abandono do curso de História, acho que acabei acertando, porque, hoje, tenho enorme encantamento em estudar Direito. Gosto profundamente do que estudo, pesquiso e ensino como professor de Direito Internacional e de Relações Internacionais. Entretanto, não abandonei os estudos históricos. Durante o ano de 1975, como “bolseiro” do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, fiz, na Universidade de Lisboa, um curso de pós-graduação em História Diplomática, sob a orientação do professor André Gonçalves Pereira, um dos grandes nomes do Direito Internacional europeu. Vejo o Direito como uma Ciência Social. Trabalho com uma disciplina que é muito contestada por velhos e modernos detratores, voluntaristas e realistas. O Direito Internacional é Direito e é um saber profundamente diferente dos outros ramos da Ciência Jurídica. Por suas características, por seus sujeitos, pela natureza de suas fontes, trata-se de um direito diferente, específico e fundamental para a vida contemporânea. Nada hoje é estritamente nacional. Todas as atividades humanas estão, de uma forma ou de outra, vinculadas à vida internacional. O Direito Internacional regula tudo. A economia e o comércio internacionais, os transportes, a saúde, o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia. A emergência dos Direitos Humanos e a consagração do indivíduo como sujeito de DI humanizaram nossa disciplina, que caminha na direção de um direito da Humanidade, marcado por normas cogentes e pela existência de tribunais internacionais, cuja atuação amplia as limitações da soberania estatal, como guardiões que são do DI e da ordem pública mundial. O que dizer do papel vital desempenhado pelas Organizações Internacionais intergovernamentais — ONU, UNESCO, OMS, etc., no mundo contemporâneo?

RTDC: Na sua formação, qual é a grande lembrança dos cursos universitários, em termos de mestres daquela época?

AC: Tive grandes professores. Pela influência que exerceram em minha formação, cito quatro, entre outros grandes mestres. Os Professores Oscar Dias Corrêa, Afonso Arinos, Haroldo Valadão e Pedro Calmon, meus mestres no Curso de Doutorado na antiga Faculdade Nacional de Direito, intelectuais brilhantes, dedicados, generosos, com visão universal e grande cultura humanista. Do Professor Oscar Corrêa falo com emoção, saudade e muita gratidão. Não posso deixar de mencionar duas outras grandes influências em minha formação. Desta feita, meus mestres de História e Filosofia no Curso Clássico do tradicional Colégio Marconi, hoje Colégio Municipal de Belo Horizonte, Lincoln Bessa e Arthur Versiani Velloso, respectivamente.

RTDC: É possível fazer um paralelo, no seu ponto de vista, entre as faculdades daquela época e as de hoje?

AC: Em vários aspectos, avançamos muito. Principalmente com o aumento da oferta de cursos superiores e a universalização da educação básica, embora esta, hoje, apresente grandes deficiências, especialmente nas escolas públicas municipais e estaduais. Nos Colégios privados, como o Santo Agostinho, Santo Inácio e São Bento, e nos públicos de Aplicação, os alunos recebem excelente formação. Antigamente, só a elite chegava às universidades. Quem não estava nesse estrato social, precisava de muito esforço, força de vontade e obstinação, para vencer obstáculos, preconceitos e limitações para ingressar na universidade. No meu tempo, eram oferecidas, em Minas Gerais, no máximo cem vagas anuais em Direito nas duas únicas universidades: a Federal e a PUC/MG. Não havia faculdades isoladas. Nas outras áreas era, mais ou menos, a mesma situação. Realmente, era muito difícil o acesso aos cursos de Direito. A educação básica, naquela época, era mais completa, melhor. No Clássico, por exemplo, estudávamos Latim e Filosofia, aprofundávamos os estudos de História do Brasil e Geral, de Gramática e Filologia, Inglês e Francês, além das ciências exatas, cujos conteúdos programáticos eram, entretanto, em grau de dificuldade, menores do que acontecia no então chamado Curso Científico. Outro aspecto que, hoje, propicia ao aluno obter melhor formação está na possibilidade de se estudar em boas bibliotecas, recorrer às modernas ferramentas pedagógicas, como os computadores, máquinas que, no meu tempo de estudante, estavam entre as parafernalias da ficção científica. Na minha época, se eu quisesse consultar qualquer livro, devia comprá-lo pelo reembolso postal ou importá-lo por intermédio de livreiros importadores.. Custava uma fortuna. O indivíduo que tem recursos, atualmente estudando Direito, compra via *internet*, na *Amazon* ou em outros sítios, a obra que quiser. De outra forma, ainda pela *internet*, pode baixar livros raros e entrar nas grandes bibliotecas do mundo, além das facilidades para viajar, conhecer outras sociedades, de entrar em contato com colegas de outros países, de participar de congressos e conferências, e de pesquisar o que lhe interessar. Quando assumimos a direção da Faculdade de Direito da UERJ, eu e o professor Gustavo Tepedino, implantamos uma estrutura de pesquisa na Faculdade. Antes, por lá, nada existia nessa matéria. Isso beneficiou muita gente. Foi a partir dessa estrutura que consolidamos e ampliamos o então recém-criado Programa de Pós-Graduação em Direito, hoje um dos melhores do país. Neste momento, o curso de graduação da UERJ, posso garantir, é muito melhor do que era anos atrás, por causa, exatamente, dessa série de vantagens que a vida contemporânea oferece aos alunos. Vivemos agora em um mundo marcado pela virtualidade e pela simultaneidade. Um mundo em que a velocidade dos acontecimentos é incrível propicia aos indivíduos acompanhar os avanços científicos e tecnológicos e se beneficiar desse processo. Em razão disso, precisamos e temos todas as condições para formar, cada vez melhor,

nossos alunos. Segundo o filósofo e cientista político francês, Paul Virílio, vivemos numa *dromologia*, neologismo por ele criado, significando o estudo do efeito da velocidade na sociedade contemporânea. Disso resulta uma equação interessante, proposta por ele: *conhecimento mais acesso aos canais de informação, mais velocidade, é igual a poder*. Resumindo: o ensino do Direito nos tempos atuais, considerando cursos de qualidade como o da UERJ, é melhor do que o oferecido no passado. A lamentar, no caso, a proliferação de Cursos de Direito, que, em sua grande maioria, não oferecem qualidade, formam mal e pessimamente.

RTDC: O Professor mencionou a sua passagem como Diretor da Faculdade de Direito da UERJ, que depois se estendeu para um mandato como Reitor da universidade.

Como foi essa experiência?

AC: Começo pela reitoria. Foi muito difícil, contudo, altamente gratificante. Enfrentei dificuldades, greves, ferrenha oposição dos movimentos cujos candidatos a reitor foram por mim derrotados, problemas com o financiamento da Universidade, enfim, nada que não esperasse, pois são obstáculos oriundos da natureza do cargo. Agora, dirigir uma faculdade como a UERJ é uma honra, uma alegria, um privilégio. Eu só fui Reitor porque fui diretor da Faculdade de Direito. Ser diretor de uma Faculdade do porte da nossa é um título que acrescenta muito para qualquer profissional do Direito. Fui muito feliz como diretor. Tive a felicidade de contar com a colaboração do então vice-diretor, meu querido amigo Gustavo Tepedino, que me sucedeu na direção e fez uma das mais importantes e competentes administrações da história da nossa Casa.

Voltando à reitoria, reafirmo que, para mim, foi um desafio constante e permanente. Primeiro, porque a UERJ é uma grande Universidade. Está entre as dez melhores do país. Contudo, aparece como instituição muito politizada, como todas as suas congêneres daqui e de além-mar. A universidade, sabemos, é uma corporação. Formou-se assim, nos primeiros séculos da Baixa Idade Média. Às vezes, o espírito corporativista se manifesta de modo radial, e o resultado não tem sido dos melhores para o avanço da instituição.

O grande problema da Universidade brasileira reside no seu financiamento. No caso da UERJ, o Estado não repassa, em sua totalidade, o orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa. O reitor é um chato pidão, que vive de pires na mão, lutando pela liberação do orçamento. Pelo menos, até o tempo em que fui reitor era assim. São grandes as dificuldades para atualizar os laboratórios, as bibliotecas, e para oferecer melhores condições de trabalho aos professores e funcionários. Não sei como está hoje. Espero que haja melhorado.

De todo modo, repito, foi uma experiência muito gratificante, pelo que conseguimos fazer. Ampliamos consideravelmente o número dos cursos de pós-graduação e criamos novos

curso de graduação. Foram realizadas obras estruturais em várias unidades e nos diversos *campi* espalhados pelo Estado. Construímos, na Ilha Grande, com verba da CAPES, um dos mais modernos centros de estudos ambientais do país. Concluímos o Teatro Odílio Costa Filho, reformamos a Capela Ecumênica, a Concha Acústica e o chamado Teatrinho. Avançamos, apesar das dificuldades. Não me arrependo.

RTDC: Ainda nessa linha, o que é necessário para construir uma Faculdade de Direito de excelência e como desenvolver a pesquisa jurídica nos programas de pós-graduação?

AC: É uma receita fácil de ser prescrita e aviada. Começa pelo recrutamento de professores altamente qualificados, selecionados por concurso público de provas e títulos. Da mesma forma, bons alunos e instalações adequadas, ou seja, bibliotecas, laboratórios, salas de aula com um mínimo de conforto. Enfim, as condições materiais fundamentais. Não tem mistério. Contudo, não podemos nos esquecer que uma boa Faculdade de Direito não deve apenas oferecer ensino técnico de qualidade. Deve, sobretudo, formar o cidadão comprometido com a liberdade, a Democracia e os Direitos Humanos.

Não se faz um bom curso, em qualquer área do conhecimento, se não forem oferecidas aos professores e alunos condições mínimas de pesquisa. A formação de pesquisadores deve começar na graduação, por meio dos programas de iniciação científica. Os órgãos de fomento à pesquisa, como a CAPES, o CNPq e a FAPERJ concedem bolsas de iniciação científica, medida que representa importante incentivo ao aluno de graduação que quer ser pesquisador. Por outro lado, é importante salientar que não há pós-graduação sem pesquisa de qualidade. Um bom curso de pós-graduação exige, também, inserção internacional, intercâmbio de professores e alunos entre as grandes universidades do país e do mundo, enfim, troca de experiências, conhecimentos e complementação cultural.

RTDC: O Professor mencionou anteriormente que há uma democratização maior do ensino, em relação ao que havia no passado, e mencionou também a internet como um fator que pode trazer maiores facilidades aos alunos. Juntando esses dois fatores, o Professor acredita que o ensino à distância pode ser uma tendência positiva para a universidade?

AC: Pode desde que esse ensino à distância seja feito com muita responsabilidade, obedecendo a rigorosos padrões de qualidade. Um curso presencial de qualidade, por exemplo, exige boas aulas, verificações constantes do aprendizado e rigor nas correções dos testes. Nos cursos à distância, esses condicionantes devem ser observados com cuidado ainda maior. Para isso, há a exigência de tutores qualificados científica e tecnicamente, ou seja, com condições

para bem ensinar e, da mesma forma, manejar, com eficiência, as modernas tecnologias da informação.

RTDC: O Professor tratou da importância que a faculdade de Direito pode ter para a formação de seus alunos como humanistas. Como foi a sua formação como humanista? Quais foram as suas influências oriundas das artes, da literatura?

AC: Como afirmei anteriormente, uma boa Faculdade de Direito deve formar bons operadores do Direito, bem como cidadãos comprometidos com seu povo, e que, ao lado da formação técnica de qualidade, necessita oferecer programas de estudos complementares de cunho cultural, filosófico e sócio-político. Lamentável a retirada do latim dos *currícula* da educação fundamental e média. Disciplinas como Filosofia do Direito, Antropologia, Ciência Política, História, Direito Romano, Latim e Inglês deviam ser obrigatórias nos Cursos de Direito. Algumas delas são hoje oferecidas como disciplinas eletivas, ou optativas, o que, no caso, pouco acrescentam. Sou favorável ao aumento dos cursos de Direito para seis ou sete anos, pelo menos nas Universidades públicas. Devemos nos lembrar que um médico leva, no mínimo, sete anos para se formar.

De minha parte, busquei melhorar minha formação universitária como autodidata. Desde jovem, tomei amor pela leitura. Quando fiz treze anos, minha mãe, professora primária em Peçanha, grande leitora, me deu de presente *A Ilustre Casa de Ramires*. A partir daí, li toda a obra do Eça e dos grandes mestres portugueses. Machado de Assis e os principais autores brasileiros me foram apresentados posteriormente aos portugueses. Creio que foi lendo Alexandre Herculano que me veio o pendor para a História. Li também autores franceses, como Anatole France, Balzac, Alexandre Dumas, que eram populares em Minas. O Curso Clássico me abriu os horizontes para a Filosofia. Como já me referi anteriormente, tive um grande professor de Filosofia, Arthur Versiani Velloso. Foi ele quem me levou aos clássicos gregos, a Santo Agostinho e a Tomás de Aquino e seus seguidores. Essas leituras da juventude me permitem hoje revisitar os clássicos com melhor conhecimento e melhor proveito.

RTDC: Dentro dessa interdisciplinaridade que o senhor mencionou, qual seria a importância do diálogo entre o Direito Internacional e o Direito Civil?

AC: Vivemos hoje uma integração cultural sem precedentes na história da humanidade. Em consequência disso, caminhamos para uma integração cada vez maior de todos os conhecimentos. Aliás, esta questão não é de hoje, é tema recorrente na cultura ocidental. A interdisciplinaridade, necessária para complementar o aprendizado, trabalha com a evidência das proximidades e das articulações entre os saberes, propiciando a integração que, hoje, há entre o público e o privado. Desapareceu, há muito tempo, a distinção clássica entre essas

duas esferas. No Direito Internacional contemporâneo, por exemplo, os melhores autores não trabalham mais em termos de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado; discutem o Direito Internacional. O reconhecimento da subjetividade internacional do indivíduo levou à abertura de um processo que redundará, proximamente, na inclusão de outros sujeitos de Direito Internacional, como as empresas transnacionais. A internacionalização de todas as atividades humanas, facilitada pelos avanços nos transportes e nas tecnologias da informação estabeleceu uma inquestionável interface entre o Direito Internacional e os outros ramos da Ciência Jurídica. Assim, é permanente e estreito o diálogo do DI com o Direito Civil. Como exemplo, podemos citar as constantes transformações no Direito de Família, derivados de inúmeros tratados celebrados nos últimos tempos versando sobre variados temas do Direito Civil.

RTDC: É de se pensar, diante dessa última resposta, que há, claramente, uma evolução do papel do Direito Internacional, mas, ao mesmo tempo, existe a capacidade humana de criar novos problemas e trazer de volta problemas antigos. Nesse sentido, há uma questão na França, e na Europa de modo geral, com os ciganos, o que tem sido muito noticiado. Isso, de certo modo, ilustra essa recorrência de problemas, ou como o Direito, por mais que evolua, não consegue acomodar muito bem certos sujeitos de direito, para usar a terminologia que o senhor usou?

AC: Foi ótimo tocar nesse assunto. Trata-se de grave problema, do ponto de vista social e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Insere-se na velha questão do necessário respeito aos direitos das minorias e dos grupos chamados vulneráveis, sobre os quais temos hoje um vasto *corpus juris* internacional, ratificado pelos principais Estados do mundo.

A globalização, com seu viés excludente, criou sérios obstáculos à circulação de pessoas. Os países da União Européia, que, nos tempos das vacas magras, se viram obrigados a incentivar a migração dos seus nacionais para as antigas colônias, agora, apelando para as velhas teses consubstanciadas no nacionalismo e nas razões de Estado, erguem barreiras de todo o tipo para conter os “novos bárbaros”, para impedir a entrada de pessoas oriundas dos países que, em passado recente, foram, como colônias, explorados por eles à exaustão. A Espanha, por exemplo, deporta até passageiros em trânsito e, em volta de Ceuta e Melilla, seus enclaves no norte da África, construiu cercas eletrificadas para impedir a entrada de “estranhos” em seu território. Nesse caso, a iniciativa espanhola pode ser comparada à atitude *neomedieval* dos Estados Unidos e de Israel, países que ergueram muros na fronteira do México e da Cisjordânia, respectivamente.

O governo francês, por sua vez, quer tirar os ciganos do país. Dizem que são pessoas nocivas, que representam, historicamente, grupos sociais muito particulares, com cultura própria, portanto, inassimiláveis. Isto viola regras jurídicas consagradas pela própria União Européia e a vasta normativa internacional de proteção das minorias. O próprio presidente da União Européia, Durão Barroso, contestou, de forma veemente, a posição xenófoba das autoridades francesas.

RTDC: Além das instituições como a ONU, o senhor mencionou a Comunidade Européia hoje. Como o senhor vê o papel desses blocos e, em relação ao MERCOSUL, que balanço é possível fazer?

AC: O associativismo entre Estados é um fenômeno que prosperou a partir do sucesso da União Européia. O processo de integração da Europa levou sessenta anos para se consolidar. Mesmo assim, existem os chamados “eurocéticos”, cuja doutrina político-econômica se assenta na desconfiança, ou na descrença, acerca do futuro da União Europeia. O MERCOSUL é um bloco de formação recente, que apresenta sérios problemas estruturais, oriundos de sua própria constituição. Congrega como membros o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e agora a Venezuela. Como Estados associados, Bolívia, Chile, Peru, Equador e Colômbia. Os membros efetivos configuram sociedades em estágio de desenvolvimento bastante desigual, circunstância que torna difícil a coesão do Bloco. Trata-se de um processo de integração muito incipiente, em fase ainda de união aduaneira, portanto, precisa de tempo para consolidar-se.

RTDC: Mudando radicalmente de assunto, qual a sua opinião sobre o Supremo Tribunal Federal brasileiro? Há algum ministro, ou ex-ministro, que o senhor queira destacar, em relação ao próprio Direito Internacional?

AC: Por força do ofício, acompanho o trabalho do STF. Seus ministros são juristas da mais alta competência. A Faculdade de Direito da UERJ, ao longo de sua história, tem sido honrada com a presença de um ou mais dos seus professores no quadro de membros da nossa Corte Suprema. Atualmente são dois: ministros Joaquim Barbosa e Luiz Fux. Em relação ao Direito Internacional quero salientar os altos conhecimentos da matéria por parte do ministro Celso Mello.

RTDC: Queríamos que o senhor falasse um pouco da sua ligação com a literatura. Como isso entrou na sua vida? Quais foram as suas principais influências nesse sentido?

AC: Dizem que todo mineiro é contista, gosta de escrever. Nós mineiros somos influenciados pela natureza, por nossas montanhas, por nossa formação sócio-cultural e política. Gostamos

de contar caso, e, como já disse, sonhar. Assim, construímos mundos paralelos, experimentamos fugas, elegemos fantasias, escamoteamos frustrações, mágoas e sofrimentos. No meu caso, cresci ouvindo histórias, atento às narrativas e exemplos de alegrias e lágrimas de amores feitos e desfeitos, enfim, participando e observando o universo mágico das comunidades penduradas nos morros. Nos pequenos burgos do interior de Minas os problemas são os mesmos das cidades pequenas de qualquer outro país. São espelhos de *Macondo* e de *Amacord*. As pessoas vivem sem muita esperança, sem possibilidades de evoluir na vida. Então, o caminho, a saída é o sonho. O que fiz, como romancista, foi captar essas fantasias, traduzir mágoas, louvar amores, lamentar perdas, enfim, projetar a trajetória de pessoas em sua ambiência familiar e política, a vida em toda em toda a sua intensidade nas velhas e coloniais cidades mineiras.

Vivi a infância e a juventude no nordeste mineiro, na confluência dos rios Doce e Jequitinhonha, região muito pobre, talvez a mais pobre de Minas Gerais e a mais intrinsecamente mineira, porque ali nasceu Minas Gerais. Escrevi três romances. Estou tentando acabar outro, mas não consigo de jeito nenhum, porque não tenho tempo.

RTDC: E a vida na universidade? Dá um romance também?

AC: Claro que dá. A vida acadêmica é muito rica. É composta por gente de toda a espécie, professores, alunos, funcionários e o público em geral. Quem quiser escrever um bom romance tendo como fundo a vida acadêmica encontrará, no dia a dia da universidade, material de sobra para realizar a empreitada.